



PROCESSO N° : 2021 40310 000384
INTERESSADO(A) : INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS
ASSUNTO : ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

PARECER “SCE” N°. 622/2021

**ADMINISTRATIVO. ACORDO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA. ART. 116 DA LEI N°. 8.666/93. DECRETO
5.816/18. PELA POSSIBILIDADE, DESDE QUE
ATENDIDAS AS RECOMENDAÇÕES ELENCADAS.
CARÁTER OPINATIVO DA MANIFESTAÇÃO.**

1. Relatório

Versam os presentes autos sobre consulta formulada pelo **Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS** acerca da possibilidade jurídica de celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre o **Estado do Tocantins** e o **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO**, com a interveniência do **Ministério do Meio Ambiente – MMA** para fins de continuidade das atividades no âmbito do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA.

Consta das fls. 29/45 minuta do acordo e seus anexos.

À fl. 46 consta ofício do **NATURATINS** no qual consignou-se que a autarquia “*está de acordo com a minuta encaminhada para celebração de Acordo de Cooperação Técnica*”.

No parecer de fls. 47/53, oriundo da Advocacia Geral da União, consignou-se que “*quanto à legalidade do acordo a ser firmado, vale ser ressaltado que o órgão competente para assessoramento jurídico do Estado do Tocantins é sua Procuradoria-Geral, que detém a competência para apreciação jurídica dos aspectos legais do ajuste a ser firmado*”.

Diante de tal orientação, por meio do despacho de fl. 54, remeteu-se o feito a esta Procuradoria Geral para análise.

É o que interessa relatar.





2. Fundamentação

Inicialmente, cumpre salientar que o presente parecer toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Destarte, à luz do art. 132 da Constituição Federal de 1988 e art. 1º da Lei Complementar n.º 20/1999, incumbe a este setor de representação estadual prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da AMETO, nem tampouco analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

O acordo de cooperação que se pretende firmar submete-se aos rigores da Lei 13.019/14. Em seus dispositivos propedêuticos, tal estatuto legal traz a seguinte definição:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

VIII-A - **acordo de cooperação**: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com **organizações da sociedade civil** para a **consecução de finalidades de interesse público e recíproco** que **não envolvam a transferência de recursos financeiros**;

No âmbito do **Estado do Tocantins**, o Decreto 5.815/18 regulamentou a matéria, devendo-se buscar em tal ato infralegal os requisitos e procedimentos para a concretização do ajuste. Contudo, por se tratar de ato que não envolve a transferência de recursos financeiros, as diretrizes do Decreto 5.815/18 devem ser lidas *cum grano salis*, afastando-se a incidência de determinados dispositivos.

Por primeiro, vale ressaltar que nos parece patente a inviabilidade de competição, haja vista que apenas o FUNBIO atua na execução do Programa ARPA, inclusive com apoio do Ministério do Meio Ambiente. **Contudo, tal circunstância deverá ser evidenciada nos autos, por meio de ato fundamentado do Presidente do NATURATINS para que se atenda ao teor do art. 6º do Decreto 5.816/15, segundo o qual “a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo administrador público”.**

Ademais, nota-se que o feito não foi instruído com manifestação prévia dos órgãos técnicos competentes. **Assim, deve-se também providenciar parecer técnico dos órgãos competentes do NATURATINS em que se ateste a viabilidade técnica de execução das atividades e programas objeto do acordo em comento.**





Passando adiante, destaca-se o teor do art. 10 do Decreto 5.816/15, que trata do Plano de Trabalho, documento essencial à celebração do acordo de cooperação. Vejamos sua redação:

Art. 10. A organização da sociedade civil cadastrada manifestará seu interesse em celebrar as parcerias, regulamentadas por este Decreto, mediante apresentação do plano de trabalho à administração pública estadual, informando:

- I – justificativa para a celebração da parceria;
- II – descrição completa do objeto a ser executado;
- III – descrição das metas a serem atingidas;
- IV – definição das etapas ou fases da execução;
- V – compatibilidade de custos com o objeto a ser executado;
- VI – cronograma de execução do objeto e cronograma de desembolso dos recursos solicitados e de outros aportes quando for o caso;
- VII – plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública estadual;
- VIII – estimativa dos recursos financeiros, discriminando o repasse a ser realizado pela administração pública estadual, especificando o valor de cada parcela e o montante dos recursos;
- IX – informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto.

No caso posto, vale ressaltar que consta no feito o Plano de Trabalho a ser seguido, o qual contém todas as informações exigidas pelo art. 10 do Decreto 5.815/18. Vale repisar: como não há a transferência de recursos financeiros, não se aplicam as exigências constantes dos incisos V a VIII.

Pela mesma razão, também não se aplica ao caso as exigências relativas à preexistência de disponibilidade orçamentária e elaboração de termo de referência ou projeto básico.

Compulsando-se a minuta do acordo, nota-se que estão ali presentes todas as cláusulas essenciais declinadas no art. 15 do Decreto 5.815/18, não havendo qualquer imbróglio a ser sanado no ponto.

Relembra-se que toda a documentação jurídica, fiscal, trabalhista e de probidade atualizada da entidade pactuante deve ser acostada aos autos. O rol dos documentos essenciais consta do art. 8º, §2º do Decreto 5.815/18, valendo ressaltar que nenhum deles foi juntado aos autos.





Conforme já salientado, cumpre ressaltar, contudo, que foge à alçada deste Órgão Jurídico a análise quanto à motivação acerca da pretendida celebração do acordo de cooperação, tendo em vista que não cabe a esta Procuradoria Geral analisar a conveniência e oportunidade administrativas, as quais são de competência exclusiva dos Gestores signatários.

A esta Procuradoria, na verdade, compete analisar a pertinência entre o alegado pelas partes e a fundamentação técnica da Pasta gestora frente ao pleito, tudo à luz da legislação vigente e da melhor doutrina.

Por oportuno, convém aduzir que nesta manifestação foram enfocados apenas os aspectos legais referente ao objeto da consulta, com fulcro nos elementos fornecidos pelo administrador público, salientando-se que não foram examinados os critérios de conveniência e oportunidade para a realização ou não da parceria pretendida, visto que tais atributos competem exclusivamente ao Gestor, observados os seus elevados juízos de conveniência, oportunidade, prudência e responsabilidade.

3. Conclusão

Ante ao exposto, considerando tudo mais que dos autos consta, evidenciando o caráter opinativo desta peça e abstraindo dos aspectos técnico-administrativos de alçada do Órgão Gestor, não sujeitos ao crivo deste órgão jurídico, incluindo a conveniência e oportunidade que não cabe analisar, esta Subprocuradoria de Consultoria Especial opina pela possibilidade de ser firmado o termo de cooperação técnica almejado, desde que atendidas previamente as providências elencadas no corpo neste parecer.

É o parecer, que se submete à superior consideração.

Subprocuradoria de Consultoria Especial, em Palmas-TO, aos 14 dias do mês de dezembro do ano de 2021.

GUSTAVO CAMPOS ABREU
PROCURADOR DO ESTADO



Procuradoria
Geral do Estado



GOVERNO DO
TOCANTINS

PROCESSO N.º : 2021.4031.000384
INTERESSADO : Instituto Natureza do Tocantins
ASSUNTO : Acordo de Cooperação Técnica

DESPACHO “SCE/DIGITAL” 783/2021 – Examinando os autos, ratifico a manifestação exarada no Parecer “SCE” nº 622/2021 (fls. 63/66) emitido pela Subprocuradoria de Consultoria Especial, que, após análise dos autos, opinou pela possibilidade de ser firmado o termo de cooperação técnica almejado, desde que atendidas previamente as providências elencadas na aludida peça opinativa, nos termos da promoção da Especializada.

À consideração superior.

SUBPROCURADORIA DE CONSULTORIA ESPECIAL,
em 16 de dezembro de 2021.

MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES HOFFMANN
Procuradora do Estado
Subprocuradora da Consultoria Especial



Praça dos Girassóis, Palmas - Tocantins - CEP: 77001-002
Tel: +55 63 3218-3700 / +55 63 3218-3701 - www.pge.to.gov.br

Documento foi assinado digitalmente por MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES HOFFMANN em 16/12/2021 09:51:26.
vag A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: A709C4A900EB9F67.



Procuradoria
Geral do Estado



GOVERNO DO
TOCANTINS

PROCESSO N.º : 2021.4031.000384
INTERESSADO : Instituto Natureza do Tocantins
ASSUNTO : Acordo de Cooperação Técnica

DESPACHO “SCE/GAB/DIGITAL” Nº 875/2021 - Aprovo a manifestação exarada no Parecer “SCE” nº 622/2021 (fls.63/66) emitido pela Subprocuradoria de Consultoria Especial, que, após análise dos autos, opinou pela possibilidade de ser firmado o termo de cooperação técnica almejado, desde que atendidas previamente as providências elencadas na aludida peça opinativa, nos termos da promoção da Especializada.

Encaminhem-se os autos ao **Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS** – para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO,
em Palmas - TO, 16 de dezembro de 2021.

ELFAS CAVALCANTE L. A. ELVAS
Procurador-Geral do Estado



Praça dos Girassóis, Palmas - Tocantins - CEP: 77001-002
Tel: +55 63 3218-3700 / +55 63 3218-3701 - www.pge.to.gov.br

Documento foi assinado digitalmente por ELFAS CAVALCANTE LUSTOSA ARAGÃO ELVAS em 16/12/2021 11:01:13.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 63A1239700EBAC2F.

